

PROJETO DE LEI Nº 26/2020

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Regulamenta o programa de alimentação escolar da rede pública de ensino durante o período de suspensão das aulas para enfrentamento ao COVID-19 e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **A P R O V A:**

Art. 1º. - Esta Lei regulamenta o programa de alimentação escolar na rede pública municipal de ensino durante o período de suspensão das aulas para enfrentamento ao COVID-19, nos termos do Decreto Municipal nº 24.484, de 17 de março de 2020.

Art. 2º. - Os alunos da rede pública de educação, cadastrados e beneficiados pelo programa Bolsa Família, continuarão tendo direito à alimentação escolar durante o período de suspensão das aulas.

Art. 3º. - A alimentação escolar para os alunos a que se refere o artigo 2º desta lei poderá ser viabilizada por meio de uma das seguintes formas:

I - Pela entrega de cestas de merenda escolar, compostos por produtos não perecíveis e já adquiridos até a entrada em vigor desta lei com destinação específica para a merenda;

II - Pelo aporte de valores para aquisição de alimentos por suas famílias, preferencialmente, por meio de uma das seguintes opções:

a) no "Cartão Bolsa Família";

b) no "Cartão Renda Cidadã";

c) no "Cartão Cidadão"; ou

d) diretamente, em conta bancária, do tipo corrente ou poupança.

§ 1º - A transferência de valores para os meios de pagamento citados no caput deste artigo será operacionalizada pela Caixa Econômica Federal - CEF, preferencialmente pelos convênios firmados com o município da Lapa.

§ 2º - Serão utilizadas as dotações orçamentárias da merenda escolar administradas/destinadas à Secretaria Municipal da Educação.

§ 3º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, através de justificativa formal e com critérios objetivos, considerando os princípios da isonomia, economicidade e eficiência, a opção por uma das formas previstas nos incisos I e II desta Lei, para viabilizar a alimentação dos alunos de que trata o caput deste artigo.

Art. 4º. - Fica estabelecido o valor do aporte diário individual de paralisação em R\$ 3,00 (três reais) por refeição.

§ 1º - Os aportes serão proporcionais aos dias de paralisação, sempre respeitando o valor diário individual da refeição de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - Os valores serão transferidos às famílias dos alunos constantes do cadastro programa Bolsa Família.

§ 3º - Visando atender o maior número de beneficiários, independentemente do número de alunos da mesma família matriculados na rede municipal de ensino, a distribuição da

merenda e ou do aporte de valores mencionados nos incisos I e II, do art. 3º desta lei, será limitada a um aluno por família.

§ 4º - Inviabilizado o repasse durante o período de transferência por questões técnicas e operacionais, o beneficiário terá direito ao aporte posteriormente.

Art. 5º - Fica vedada a venda dos produtos ofertados e a sua destinação diferenciada, inclusive a destinação diferenciada dos valores repassados, sob pena de responsabilidade.

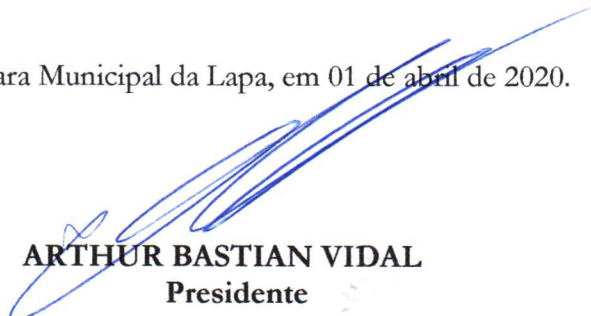
Art. 6º - O Poder Executivo Municipal manterá cadastro e controle da alimentação escolar distribuída, publicando semanalmente na rede mundial de computadores, preferencialmente em sítio eletrônico oficial, a relação de beneficiados.

Art. 7º - Cessando a suspensão de que trata o art. 2º desta lei, a transferência de recursos às famílias será concluída e retomará sua destinação original ao programa específico de alimentação escolar, da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 8º - As despesas decorrentes do cumprimento da presente lei correção por conta das dotações orçamentárias já aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2020 para custeio da merenda escolar.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de março de 2020.

Câmara Municipal da Lapa, em 01 de abril de 2020.



ARTHUR BASTIAN VIDAL
Presidente



ACYR HOFFMANN
1º Secretário